

O PROJETO DE ASCENSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA NA DÉCADA DE 1930

Azilde L. Andreotti
Doutora em História da Educação pela
UNICAMP, pesquisadora vinculada ao Grupo
de Estudos e Pesquisas - HISTEDBR.

Introdução

O presente texto tem como objetivo trazer algumas considerações sobre os anos de 1930 no que concerne à valorização da escola como projeto de ascensão e inserção social, valor já consubstanciado no fim do século XIX, no limiar da República.

A década de 1930 representou um momento de definições sobre o encaminhamento do desenvolvimento capitalista industrial no país, protagonizando movimentos políticos tais como a Revolução de outubro de 1930, a Revolução Constitucionalista de 32 e o Estado Novo, em 1937 e suscitando inúmeras discussões, ainda presentes na historiografia, sobre quais forças políticas e interesses predominaram nas mudanças ocorridas no período considerado um marco da modernização brasileira.

Sobre a educação, destacam-se o envolvimento de vários grupos e as reformas educacionais que visavam abranger as necessidades desse processo de modernização, reformas que desde o início da República foi pauta de discussão de setores organizados da sociedade.

A criação da Associação Brasileira de Educação, em 1924, com a função de promover debates em torno da questão educacional; a atuação dos pioneiros da Escola Nova, movimento que se empenhou em dar novos rumos à educação nacional e os embates da Igreja no seu confronto com o estabelecimento de novos modelos para a educação tornam evidente a diversidade de interesses que abrangia a educação escolarizada. Nesses embates prevaleceram grupos articulados ao ensino público e grupos vinculados aos interesses do ensino privado.

A instalação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 1930; a Constituição de 1934 estabelecendo a necessidade de um Plano Nacional de Educação, como também a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar, e as Reformas

Educacionais nos anos de 1930 e 40¹ demonstram que, na época, houve mudanças institucionais e substanciais na educação escolar do país.

A educação escolarizada que se estruturou após 1930 já se anunciava com a República, na qual um projeto de escolarização se organizava, tendo em vista a inserção de parte da população que se encontrava a margem do processo político republicano.

Mesmo que consubstanciado como um regime federativo, descentralizado quanto à educação elementar, a República é referência para a história da educação como o período em que *o poder público assume a tarefa de organizar integralmente escolas, tendo como objetivo a difusão do ensino para toda a população*. (Saviani, 2004, p. 18).

A restrição ao voto do analfabeto (Cf. Paiva, 1987, p. 83 e Noronha, 2004, p. 76); o grande contingente de imigrantes em alguns centros urbanos e a demanda por educação (Cf. Paiva, 1987, p.69), o empenho dos maçons, visando diminuir a influência da igreja católica (Cf. Cunha, 2000, p.25), entre outros, foram fatores de discussão sobre a necessidade de educação básica para a população.

Nos princípios republicanos, a instrução foi um dos pilares para o progresso e a cidadania, como parte de um projeto civilizatório. Na década de 1930, um novo conceito de cidadania, diferente do início da República se anunciava: *cidadania regulada pela estratificação ocupacional do trabalho, que passa a ocupar o lugar da cidadania abstrata, pautada no liberalismo clássico* (Olinda, 2004, p. 16), fundada no direito natural.

A educação escolar e o projeto de ascensão social

Visando contribuir com algumas questões sobre o valor consignado à educação escolar no período, faço uma incursão na minha tese de doutorado², que analisou um jornal infanto-

¹ Reforma Francisco Campos em 1931; Reforma Capanema, com o nome de Leis Orgânicas de Ensino em 1942 e em 1946. Cf. Verbetes do Dicionário de História da Educação.

² ANDREOTTI, A. L. *A formação de uma geração: a educação para a promoção social e o progresso do país no jornal A Voz da Infância da Biblioteca Infantil de São Paulo (1936-1950)*. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) Faculdade de Educação da UNICAMP, 2004.

juvenil, o *A Voz da Infância*,³ (que tratarei por *A Voz*), produzido mensalmente entre 1936 e fins dos anos 40, compondo um projeto educativo extra-escolar promovido pela Biblioteca Infantil Municipal, equipamento do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo.

Fonte primária de pesquisa por se tratar de um documento original,⁴ esse jornal é representativo de um projeto educacional desenvolvido por uma instituição educativa, a Biblioteca Infantil nas décadas de 1930 e 1940, na cidade de São Paulo e expõe, pelo seu teor e continuidade, um conjunto de valores presentes na sociedade naquele momento.

O *A Voz* reproduziu conteúdos transmitidos pela escola, por ser essa instituição o meio mais acessível de informação dessas crianças e jovens na época e também os objetivos de um programa de complementação escolar promovido pela Biblioteca. A educação escolar permeia toda a produção do jornal, tanto na influência exercida sobre os seus participantes, quanto pela valorização que a envolve, como instrumento fundamental para o desenvolvimento pessoal e o futuro do país.

Alguns dados sobre a caracterização sócio-econômica dos participantes do jornal e que não serão desenvolvidos neste texto, demonstram que nos primeiros anos de sua produção, o jornal foi majoritariamente escrito por crianças e jovens das camadas médias da população. Com idade entre 11 e 16 anos, essas crianças e jovens freqüentavam os cursos secundários -

³ Todos os números do jornal encontram-se arquivados na seção de Bibliografia e Documentação da Biblioteca Infante-Juvenil Monteiro Lobato, da cidade de São Paulo.

⁴ As fontes de pesquisas para a História e as discussões em torno da especificidade desses documentos fazem parte do estudo de José Honório RODRIGUES (1969, p.143), que nos informa sobre os instrumentos dos trabalhos históricos: *De modo simples, pode-se dizer que fonte primordial é aquela que contém uma informação de testemunha direta dos fatos, enquanto que a secundária é a que contém uma informação colhida por intermédio de terceiros. A primeira é original e a segunda é derivada. Uma mesma fonte pode ser primária em certos pontos e secundária em outros*, completa este autor.

Várias áreas do conhecimento colaboraram para a guarda e preservação de documentos e fontes de pesquisa: a arquivologia, a biblioteconomia e a arqueologia. Atualmente, novas tecnologias são utilizadas. Cf. FARIA, L. M. (Org.) *Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas, Autores Associados, 2000.

boa parte de escolas particulares do entorno da Biblioteca,⁵ cujo bairro de moradia e profissão dos pais são dados indicativos de sua origem social.⁶

O conteúdo do jornal versava sobre história do país, biografias de personalidades da história e da política; incursões literárias, na forma de poesias e crônicas; relatórios com dados sobre o funcionamento da Biblioteca; entretenimentos etc. As crianças e os jovens retratavam, em seus textos, aspectos e fragmentos da organização social brasileira, principalmente através de relatos sobre a vida urbana paulistana, manifestando as aspirações das camadas médias.

No contexto em que o jornal foi produzido, de expansão das forças produtivas no país, a educação escolar foi considerada um instrumento fundamental de inclusão nesse processo. A ambição ao projeto de industrialização, de expectativa de consumo e de bem estar e possibilidades cada vez maiores de inserção e ascensão social, ideário das camadas médias no período, constitui a maior tendência nos escritos do *A Voz*.

A valorização da educação escolar teve aí um dos seus pilares fundamentais. É por meio da escola que a inserção pretendida se realiza, tema muito freqüente nos escritos do jornal, traduzido nas matérias que evocam a escola como instrumento de resolução dos problemas sociais e meio para encaminhar o progresso do país.

Como ilustração, reproduzo, abaixo, um dos dizeres do jornal, sob o título *A criança que estuda*,

A criança que estuda tornar-se-á mais tarde um elemento precioso para a coletividade. O estudo desenvolve e prepara o espírito da criança para mais tarde ter uma compreensão mais exata da vida e das coisas que a rodeiam. A criança que não sabe cumprir os seus deveres na escola, não saberá mais tarde cumprir as suas obrigações para com a família, a sociedade e a pátria. (*A Voz*, n.28 out. 1938).

Esses dizeres demonstram uma evocação à escola como elemento formador fundamental para a vida social. Muitos dos textos do jornal que abrange a questão da valorização da

⁵ A Biblioteca Infantil Municipal, atual Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato sempre ocupou o bairro da Vila Buarque, encravado entre Higienópolis e Santa Cecília, considerados bairros nobres nas décadas de 1930 e 40.

educação escolar expõem as diferenças entre as classes sociais, demonstrando a demarcação entre os grupos sociais através de relatos sobre as crianças que tem acesso à escola e as que trabalham.

O desenvolvimento econômico que se ampliava no país, envolvendo relações entre os vários grupos sociais se apresenta, no jornal, pelo distanciamento entre as classes sociais, assim como a distância entre o trabalho intelectual e o manual.

Em outubro de 1936, na comemoração da semana da criança, uma matéria no jornal, sob o título *A creança que trabalha*, demonstra o trabalho infantil e a educação como instrumento para aliviar essa situação,

Nós, creanças (*sic!*) que estudamos, não realizamos a metade do esforço físico e mental que realizam as creanças que trabalham. A labuta cotidiana enrijece a fibra e da experiência da vida. Esta última só a tem quem amassou o pão de cada dia com o suor de seu rosto. A creança que trabalha é como o coral, ser obscuro e quieto, mas, que produz maravilhas de paciência e de arte. Para tirar a creança que trabalha desta obscuridade é que se esforça a Biblioteca Infantil Municipal. Salve, pequeno obreiro de uma grande pátria. (*A Voz*, n.5, out.1936).

O trabalho da criança pobre foi e ainda é muitas vezes justificado como uma maneira de tirá-la da rua e dos folguedos malvistas, pois a disciplina e o tempo ocupado que o trabalho proporciona eram considerados elementos para ordenar o comportamento. Nas matérias do jornal sobre o trabalho infantil, não há uma crítica ao trabalho da criança, já que a situação de pobreza justificaria essa atividade. Na apreciação que envolve essa questão, a escola e a Biblioteca são mencionadas como agentes promotores dessas crianças, demonstrando que esses eram os instrumentos indicados para resolver ou ao menos apaziguarem essa situação, tornando evidente o valor que envolvia a educação escolarizada.

A valorização da escola nas matérias do *A Voz* é tão latente, que reveladora da crença na educação como resolução de todas as questões sociais e apesar da posição de estudantes das crianças e jovens que produziam o jornal ser um fator de influência na superestimação da escola, essa constatação não invalida a forte representação desse ideário na sociedade daquele momento ou ao menos no seio das camadas médias da população.

⁶ Uma pesquisa sobre a condição sócio-econômica dos frequentadores da Biblioteca, de 1938, confirma esses dados. A pesquisa está publicada na Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, n.64, de 1940.

A expansão das camadas médias da população vincula-se à recente modernização capitalista que se anunciava no Brasil, trazendo novos atores, novas possibilidades de colocação no processo produtivo e a crise de hegemonia da oligarquia agrária, segmento que se fortaleceu na Primeira República. De uma forma simplificada, no processo desencadeado na década de 1930, a sociedade brasileira apresentava uma recente burguesia industrial⁷ e trabalhadores da indústria, aspecto eminentemente urbano e localizado, uma oligarquia agrária e trabalhadores do campo. A classe média encontrava-se na nova configuração de incremento do comércio, do setor de serviços e de trabalhadores autônomos, advinda da industrialização e da urbanização, processos concomitantes porque dependentes e que abriram possibilidades de mobilidade social na estrutura de classes da sociedade brasileira, com a ampliação do mercado de trabalho voltado aos setores administrativos e financeiros, como também o alargamento do mercado consumidor.

A divisão do trabalho no modo de produção capitalista dificulta a identificação de classe social enquanto unidade. Sobre os estudos das classes sociais, Hobsbawm afirma as dificuldades em se abordar essa questão pelas relações que devem ser consideradas, *como as gradações de classe, sua definição em relação a outros grupos e suas divisões internas e estratificações*, indicando que esse estudo deve ser um estudo da sociedade. Segundo esse autor,

[...] classe não define um grupo de pessoas em isolamento, mas um sistema de relações tanto verticais quanto horizontais. Assim, é uma relação de diferença (ou semelhança) e de distância, mas também uma relação qualitativamente diferente de função social, de exploração, de dominação/ sujeição. (Hobsbawm, 1998, p.99).

Classe social não é uma categoria isolada, englobando um complexo de relações que se configuram no sistema produtivo e nas possibilidades de inserção em outras instâncias sociais. São poucos os trabalhos sobre as classes médias brasileiras e sua identificação política. Carone, em seu estudo sobre o Estado Novo, na apresentação da estratificação sócio-urbana da cidade de São Paulo nos anos de 1930, divide a classe média em alta, média e baixa e já no prefácio do seu trabalho, na explicação do que seria abordado,

⁷ Boris FAUSTO (1997, P. 23-25) sobre a burguesia industrial no período, indica que a força política desse segmento social, nos anos 30, foi superestimada por muitos autores. Edgard CARONE, em seu trabalho *O Estado Novo* (1977, p. 107) considera que a burguesia industrial vai adquirir um caráter hegemônico somente a partir dos anos 50.

assinala que na parte que trata das classes sociais, *a classe média não é analisada por não ter encontrado material*. (Carone, 1977, p.3).

Sobre as classes médias, Fausto traz uma discussão, presente na historiografia brasileira, da vinculação desse segmento com o movimento tenentista⁸ e constata a dificuldade em conceituar essa camada social e *estabelecer seus limites*, indicando que *a representação política das classes médias, pela própria heterogeneidade da categoria social, assume formas de natureza mais complexa do que a representação de outras classes ou frações*. (Fausto, 1997, p.76-80).

Em seu ensaio sobre as posições políticas da classe média no país, no período compreendido entre 1930 e 1964, Saes define-a como o conjunto dos trabalhadores não manuais. A herança do trabalho escravo estigmatizou o trabalho manual e *criou uma barreira entre a classe média e o proletariado*, afirma esse autor. A pouca proximidade da classe média em relação à classe trabalhadora é assim indicada pelo autor,

[...] se fazem sentir sobre a classe média os efeitos ideológicos da supergradação do trabalho manual, devida a presença dominante, ao longo de quatro séculos, do trabalho escravo. Tal estigma do trabalho manual foi legado pela economia colonial e escravista ao capitalismo industrial nascente, gerando assim, desde o nascedouro, uma grande distância social e uma grande dificuldade de aproximação (não encontráveis, pelo menos ao mesmo nível de intensidade, no capitalismo europeu) entre a classe média e o proletariado nascentes. (Saes, 1996, p. 452 -453).

O trabalho manual e o não manual demarcam uma linha divisória no capitalismo, porque em uma sociedade *meritocrática*, que valoriza o esforço e a abnegação, a hierarquia social advinda da divisão do trabalho retrata como mérito e desmérito, capacidade e incapacidade a colocação das pessoas no sistema produtivo, levada a efeito de acordo com as suas aptidões.

⁸ Movimento militar de jovens tenentes, da década de 20, do século XX, contra o poder das oligarquias e preconizando um maior centralismo do estado. CF. BORGES, V. *Tenentismo e Revolução Brasileira*, S. Paulo, Cia das Letras, 1990 e Boris FAUSTO (1997, p. 84), que afirma *inexistência de laços organizatórios mais sólidos entre os militares rebeldes e os meios políticos civis*, indicando que não há estreita vinculação entre o movimento e as camadas médias. Essa discussão tem sua origem na procedência dos jovens tenentes, oriundos desse segmento social.

Essa discussão tem sua origem na procedência dos jovens tenentes, boa parte, oriundos desse segmento social.

Saes faz uma distinção entre a classe média superior, identificada com a burguesia agro-exportadora, que pregava a não intervenção do Estado na economia para que seus interesses não fossem atingidos e a classe média inferior, voltada para o projeto de industrialização, de expectativa de consumo e de bem estar e possibilidades cada vez maiores de inserção social, com a dinâmica desse sistema. (Cf. Saes, 1996, p.454 – 457).

Os conteúdos expressos no jornal em pauta sugerem que a industrialização e o progresso desencadeado pelo estímulo a essa modalidade de produção foram valorizados em vários momentos, indicando que o *A Voz* traduzia os anseios de uma classe média predominantemente urbana, participante de um momento de desenvolvimento, retratado, inclusive, na própria descrição do processo de mudanças da cidade de São Paulo, que foi reconhecida no jornal somente pelo seu núcleo urbano, pois assim se identificavam as crianças e jovens que dele participaram.

Pela especificidade do *A Voz*, não há nenhuma indicação explícita de posições políticas dispersas nas várias tendências daquele momento, em seus escritos, mas as aspirações ao progresso, que o jornal expressa tão bem, levam a considerar que talvez pela questão urbana e paulistana, a tendência que fica latente é de apoio ao incentivo à industrialização, apoio esse que naquele momento se caracterizava com a centralização do poder do estado.

No início de sua exposição sobre a classe média Saes sugere que esse segmento social não tem uma única posição a cada momento da luta política, indicando sua heterogeneidade e certa maleabilidade decorrente *da existência de diferentes situações de trabalho*. Sobre os ideais dessa classe Saes assinala que mesmo na parcela que circunstancialmente se aproxima dos movimentos populares, a demarcação do trabalho manual se faz sentir.

Essa é a contradição ideológica própria da classe média: enquanto expressão privilegiada da divisão capitalista do trabalho, tende a ser atraída para o campo ideológico da burguesia (ou a uma das fracções burguesas), quanto pode se unir politicamente ao proletariado em lutas que não ultrapassem um certo limite: o da supressão da divisão entre trabalho manual e trabalho não-manual. (Saes, 1996, p.452).

Com o desenvolvimento do capitalismo, a diversidade de atividades decorrentes das mudanças ocorridas nas relações econômicas indicava a possibilidade de mobilidade social, expressa no jornal enquanto fruto do esforço pessoal através da escolarização, que é destacada para cumprir as exigências dessa nova organização social.

O esforço pessoal e a escola como fatores de ascensão social e também resolução da pobreza e das desigualdades sociais são assim descritos, na *Reprodução* de uma história com o título *Os dois meninos*:

Havia, numa pequena cidade, dois meninos. Um deles era rico e morava em um lindo palacete; o outro era pobre e vivia modestamente numa casinha campestre. Certo dia ia o menino pobre correndo a caminho da escola, quando ouviu chamados. Era o menino rico que lhe pedia para brincarem juntos. Mas, como a sineta da escola tocou, o pobre parou, apenas alguns minutos.[...] Passaram-se os anos: os dois garotos de outrora são agora dois homens feitos. O pobre estudou e com isso lucrou muito. Um dia ele resolveu visitar aqueles lugares por onde passava a caminho da escola. [...] Ouviu então uma débil voz que lhe implora uma esmola. Deu ao pedinte alguns níqueis e perguntou-lhe onde estavam os moradores do castelo, hoje desmoronado. O pobre lhe contou que ele era o menino rico. O outro [...] pensou como tinha sido bom ter estudado, pois agora era um homem útil, que conseguira vencer na vida. (A Voz, n.54 dez.1940).

Esses escritos fornecem uma amostra do ideal moral fundado no mérito que envolvia a escola naquele momento. Sobre a constituição do liberalismo como política educacional e a *ilusão liberal de ascensão social pela escolarização*, Xavier destaca que no período pós-república, no processo de organização social de uma sociedade aberta houve [...] a *incorporação definitiva dos pressupostos educacionais liberais na crença das camadas subalternas* e também das camadas médias. (Xavier, 1990, p. 63) Pressupostos que indicavam a escola como alternativa e possibilidade de um futuro melhor.

O jornal exteriorizou alguns conceitos quando as matérias referiam-se às crianças pobres, retratadas também como operárias e desvalorizadas enquanto camada social, porque despossuídas de educação e diferentes dos padrões de comportamento das classes médias, como também caracterizou o esforço pessoal como fator fundamental para que as pessoas alcançassem os benefícios de uma educação escolarizada e galgassem uma situação de bem estar social e para o futuro do país.

O acesso à educação escolarizada

Qual era a possibilidade de acesso à educação escolarizada das crianças e jovens na cidade de São Paulo nas décadas de 1930 e 1940? As escolas primárias ou cursos elementares

públicos, freqüentados por crianças de 7 a 11 anos, atraíam as camadas pobres da população, como indicam os estudos de alguns autores que se debruçaram sobre essa questão e que serão mencionados.

A crescente expansão da cidade e da população não foi contemplada com um número necessário de vagas nessas escolas e, conseqüentemente, uma parcela da população não freqüentava esses cursos, mesmo constatando-se que São Paulo, estado de referência econômica e de iniciativas educacionais, evidenciava um avanço nas matrículas escolares.

Paiva confirma essa tendência regional, no seu trabalho sobre educação popular,⁹

O aumento das redes do ensino elementar devia-se fundamentalmente aos esforços estaduais. Em termos nacionais tanto as despesas quanto os níveis de atendimento são incomparavelmente maiores no Centro-Sul que em qualquer outra região do país; manifesta-se claramente na educação a desigualdade de riqueza regional. [...] em 1937, com uma população escolar de mais de 7 000 000 crianças (entre 7 e 12 anos) o atendimento ia pouco além de 2 600 000 crianças, correspondendo a pouco mais de 37%. (Paiva, 1987, p.115 -117)

Sobre o acesso da população aos cursos elementares, em São Paulo, o trabalho de Sposito indica,

[...] após 30 continua a ser ampliada a oferta de vagas nas escolas primárias da cidade de São Paulo, mantendo-se um elevado nível de atendimento. Mesmo assim, frente a demanda da população com a expansão urbana, um número considerável de crianças não conseguia freqüentar os cursos primários. (Sposito, 1984, p. 32 - 34)

A afirmação de Sposito quanto à expansão nas matrículas nos cursos elementares é apresentada por Romanelli no quadro sobre a evolução do crescimento populacional e a escolarização no Brasil. Sobre os cursos primários no período analisado nesta pesquisa, a autora demonstra que, para uma população de 12.703.077 pessoas, em 1920, ocorreram 1.033.421 matrículas nos cursos primários; em 1940, a população representava 15.530.819 pessoas e as matrículas para esse grau de ensino foram 3.068. 269, ou seja, as matrículas triplicaram em 20 anos bem acima da proporção do aumento da população. (Cf. Romanelli, 1978, p. 64)¹⁰.

⁹ Nesse trabalho PAIVA (1987) considera educação popular a instrução elementar, incluindo a educação de adultos.

A propagação dos cursos elementares, na década de 1930, abriu uma via de acesso à educação escolar para camadas da população que ainda não haviam assimilado a escolarização como projeto de ascensão social, porque em processo de inclusão no recente sistema produtivo que se ampliava.

Além de não ser contemplada como um todo pelos grupos escolares, a continuidade da escolarização das camadas populares tinha alguns entraves: a maioria das escolas secundárias, destinada às crianças e jovens de 12 a 18 anos, até meados dos anos de 1940, pertencia à iniciativa privada e esses cursos secundários, recentemente organizados com a Reforma Francisco Campos em 1931, apresentavam vasta abrangência de conteúdos, um sistema rígido de avaliação, afastando boa parte da população que não se via representada nessa escola e não deixando dúvidas sobre o caráter elitista desse grau de ensino na época.

¹¹ Por outro lado, o exame de admissão não oferecia continuidade entre os cursos elementares e os secundários.

Os dados numéricos do trabalho de Romanelli sobre o crescimento populacional e a escolarização ilustram também a diferença de matrícula na passagem dos cursos primários para os secundários ou médios. Em 1920, 1.033.421 era o número de matrículas nos cursos primários e no ensino médio, 109.281; em 1940, estavam matriculadas no ensino primário 3.068.269 pessoas e no ensino médio, 260.202, demonstrando o baixíssimo número de crianças matriculadas no ensino médio. (Cf. Romanelli, 1978, p. 64).

Em meados da década de 1940, a reivindicação pela continuidade da escolarização, com os cursos secundários, fez parte da organização dos movimentos de bairros em São Paulo, como demonstra o trabalho de Sposito, indicando que nos anos de 1930 havia somente um curso secundário público na cidade e que após o *Estado Novo*, em 1945, com o fim do autoritarismo, movimentos populares se organizaram em várias regiões da cidade de São Paulo, reivindicando melhores condições de vida e incluíram os ginásios públicos na sua pauta. (Cf. Sposito, 1984, p. 220-241).

A organização popular e a pressão por escolas, contemplados por Sposito, são indicativas da ineficiência do Estado em beneficiar essa população. Esses movimentos demonstram

¹⁰ Os dados completos apresentados por ROMANELLI referem-se à população de 5 a 19 anos e a evolução das matrículas no ensino primário e médio, de 1920 a 1970.

¹¹ Sobre a organização dos cursos secundários verificar, entre outros, Otaiza ROMANELLI, (1978) e NUNES, M. T. *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*. RJ, ISEB, 1962.

que as camadas populares se mobilizavam, segundo o contexto e suas possibilidades de organização, para aumentar sua quota de participação no acesso à educação escolar.

Os projetos educacionais no período não foram homogêneos nos seus objetivos, mas promoveram diretrizes nacionais quanto à escolarização da população. Além das tentativas de disseminação da escola elementar, que não atendeu a demanda, houve um movimento para situar a educação no projeto de desenvolvimento capitalista, com a implementação dos cursos técnicos profissionalizantes. Nos anos de 1930 a legislação educacional incluiu em sua pauta o ensino comercial como ensino médio, e a criação de Liceus Industriais¹², nos centros urbanos, foi incentivada pelo governo central, visando à formação de mão de obra qualificada para o sistema produtivo que se expandia. Nos anos de 1940, a Reforma Capanema prevê o ensino industrial como nível médio. Esses cursos eram terminais, com objetivos diversos dos cursos secundários voltados para a continuidade da escolarização: os cursos universitários que se organizavam no país.

O que não deixa dúvidas é que houve um avanço considerável na procura por escolarização a partir da década de 1930. Mesmo assim Beisiegel nos indica que a década de 1940 não apresentou mudanças significativas no ingresso aos cursos secundários, para boa parte da população. Segundo esse autor,

A legislação em vigor nas décadas de 40 e 50 preservava a antiga organização “dualista” do ensino, caracterizada pela coexistência de algo como dois sistemas paralelos de educação, um para o povo em geral e outro para as elites, o primeiro iniciado na escola primária e continuado depois nas escassas escolas profissionais de nível médio então existentes, e o segundo, igualmente iniciado na escola primária e continuado depois na escola secundária, organizada com a intenção de encaminhar sua clientela para as escolas superiores e para as posições mais privilegiadas na sociedade. (Beisiegel, 1995, p.393).

¹² O governo federal toma a iniciativa da construção dos Liceus Industriais nos estados, nos anos 30. Cf. PAIVA (1987, p.113).

Considerações finais

As dificuldades de acesso e de continuidade da trajetória escolar, no período, demonstram que no processo de desenvolvimento capitalista, as camadas sociais se inseriram na escola de acordo com a sua posição no sistema produtivo. O discurso que acompanhou os benefícios da educação, como um direito de todos, e o que se consolidou como sistema educacional para a população em geral é indicativo do movimento contraditório entre o preconizado como ideal e as limitações do projeto educativo.

Para justificar o distanciamento da escolarização pela maioria da população, é colocada uma questão valorativa, demonstrada pelo mérito ou esforço pessoal como premissa para essa inclusão.

Em seu estudo sobre a educação e os princípios do liberalismo, Xavier destaca que a organização da educação escolar foi uma resposta às necessidades reais do país, indicando que a adequação do ensino está diretamente relacionada ao processo de desenvolvimento. (Cf. Xavier, 1990, p. 59). Os limites das mudanças no processo de modernização capitalista foram acompanhados pelos limites de acesso à educação.

A crença na valorização da educação escolar como elemento fundamental de inserção social e de saída do atraso e o fato da escola não contemplar a população como um todo e dos diferentes graus de ensino estar ao alcance dos diferentes segmentos sociais, traduz como foi encaminhado o processo de modernização no país, que não absorveu a demanda por inserção social, mesmo que as décadas de 1930 e 1940 apresentassem uma conformação de abertura no sistema produtivo.

Xavier, sobre o ideário liberal que propunha a escola pública e gratuita, afirma,

[...] os ideais liberais da escola redentora, promotora de progresso individual e social, móvel do desenvolvimento econômico, acabaram por se traduzir na acanhada defesa da ampliação do sistema tradicional que produzia elites dominantes. (Xavier, 1990, p.61).

A educação escolar atendeu a população dentro das ambigüidades da constituição das diversas camadas sociais, com projetos diferenciados a serem alcançados pelas condições

dos vários segmentos que compunham a sociedade brasileira. O processo de inclusão-exclusão, próprio do projeto burguês de educação, baseia-se no ideário liberal, em que é dada ao indivíduo a responsabilidade de seu sucesso ou fracasso.

Outro fator que se evidencia é o deslocamento ou a autonomia com que foi considerado o fenômeno educacional, como que fora do contexto que o envolvia, pois visto como fator determinante de mudança social.

A breve apresentação de escritos do jornal *A Voz da Infância* ilustra a importância conferida à escola no processo de modernização dos anos de 1930, ainda que boa parte da população não tenha sido contemplada com a possibilidade de escolarização. Eis aí um dos fatores que ensejam a constatação da modernização conservadora que pautou o processo de expansão das forças produtivas no país no período.

Fontes documentais

Coleção Jornal *A Voz da Infância* (1936-1952). Arquivos da Seção de Bibliografia e Documentação da Biblioteca Infante-Juvenil Monteiro Lobato da cidade de São Paulo.

Bibliografia

BEISIEGEL, C. Educação e Sociedade no Brasil após 30. In: HOLANDA, S. B. (Dir.) *O Brasil Republicano: economia e cultura*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, v. 4 (Col. História Geral da Civilização Brasileira).

CARONE, E. *O Estado Novo (1937-1945)*. RJ, Difel, 1977.

CUNHA, L. A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo, UNESP, 2000.

FAUSTO, B. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo, Cia das Letras, 1997.

HOBBSAWM, E. *Sobre a História*. São Paulo. Cia. das Letras, 1998.

NORONHA, Olinda. *Ideologia, Trabalho e Educação*. Campinas, Alínea, 2004.

PAIVA, V. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo, Loyola, 1987.

ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil 1930-73*. Petrópolis, Vozes, 1978.

SAES, D. A. M. Classe Média e Política no Brasil: 1930-1964. In: HOLANDA, S. B. (Dir.) *O Brasil Republicano: sociedade e política*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, v. 3. (Col. História Geral da Civilização Brasileira).

SAVIANI, Dermeval. Et alli. *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*. Campinas, Autores Associados, 2004.

SPOSITO, M. *O povo vai à escola*. São Paulo, Loyola, 1984.

XAVIER, M. E. S. P. *Capitalismo e escola no Brasil*. São Paulo, Papirus, 1990.